**Princesa Isabel (1846–1921)**

Princesa Imperial do Brasil, Isabel nasceu no Palácio de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1846, como segunda filha dos Imperadores do Brasil – d. Pedro II e Dona Tereza Cristina Maria. Com a morte precoce do primogênito do casal, Dom Afonso, Isabel tornou-se a sucessora direta do pai. Casou-se com Gaston de Orleans, conde d’Eu, e com ele teve três filhos.

Princesa Isabel regeu o Império do Brasil por três vezes distintas e, durante os períodos de sua regência, leis importantes que mudariam a história brasileira entraram em vigor. Sem dúvida essas leis são reflexo do posicionamento abolicionista da princesa. Neste caminho, apoiou jovens políticos e artistas, ainda que muitos deles fossem ligados ao movimento republicano. Financiava alforrias com seu próprio dinheiro e apoiava a comunidade do Leblon, que cultivava camélias brancas, símbolo do abolicionismo, chegando mesmo a enfeitar os cabelos com a flor em eventos da corte imperial.

Umas das leis sancionadas pela princesa de mais impacto na sociedade da época, foi a lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, que estabelecia, entre outras coisas, que os escravos poderiam acumular pecúlio, transmitir heranças e que as crianças nascidas de mães escravas seriam, a partir de então, livres. Esta lei acabaria com a escravidão no Brasil, mas a um longo prazo, até que toda a geração dos escravos vivos tivesse fim.

Deve-se perceber que a abolição da escravidão foi uma decisão intensamente discutida pelo governo imperial e pelos produtores agrícolas. Temia-se a desestruturação do trabalho agrícola, principalmente da produção cafeeira, por isso a Lei do Ventre Livre era importante, pois a escravidão acabaria gradualmente, de forma que o escravo fosse progressivamente substituído pelo trabalhador livre. O próprio Imperador Pedro II considerava-se um abolicionista, a escravidão brasileira era uma mácula que envergonhava o país internacionalmente. Apesar disso, o problema da escravidão jamais foi encarado seriamente, de forma a oferecer alternativas concretas para o trabalho escravo. O resultado prático desse dilema se deu de forma abrupta.

Ao assumir pela terceira vez a Regência, a Princesa Isabel assinou em 13 de maio de 1888 a Lei Áurea, que abolia definitivamente qualquer forma de escravidão nas terras do império brasileiro. Por conta de seu gesto, em 28 de setembro do mesmo ano o Papa Leão XIII remeteu à princesa a comenda da Rosa de Ouro. Foi também por esta lei que a sucessora de d. Pedro II ficou conhecida como “A Redentora”. O fato é que apesar de tantos debates, a abolição foi assinada sem qualquer proposta que solucionasse a questão do trabalho agrícola. Os fazendeiros não foram indenizados, os libertos não foram fixados ao campo nem se pensou em alternativas para sua inclusão social. As plantações se perderam e a indústria cafeicultora, esteio do Império, quebrou. Antigos senhores abastados foram a miséria e a população liberta vagava pelas escradas e cidades, sem trabalho nem moradia fixa.

A estrutura política imperial, já abalada por outras crises, não resistiria a perda de uma de suas principais bases de apoio. Além disso, o Imperador encontrava-se velho e doente, e diversos grupos políticos temiam a ascensão de Isabel como imperadora. A resistência à ela devia-se muito as suas posições políticas, seu clericalismo exacerbado, que defendia a ligação entre Igreja e Estado, mas também a possibilidade do Brasil vir a ser governado por um estrangeiro, o francês conde d’Eu. O resultado disso, foi que no ano seguinte, proclamou-se a República e toda a família Imperial foi banida das terras brasileiras, seguindo, assim, para o exílio. Com a morte de d. Pedro II em Paris, aqueles que continuavam defendendo a monarquia passaram a chamá-la de Imperatriz do Brasil Dona Isabel I.

Apesar da condição de exilada, Dona Isabel teve uma velhice tranqüila na Normandia, no castelo da família de seu marido, cercada de seus familiares. Ainda em vida teve a felicidade de saber que a lei do banimento da Família Imperial do Brasil havia sido revogada pelo presidente Epitácio Pessoa.

Com a saúde fragilizada e abalada pela morte de dois de seus filhos em 1918 e 1920, a Princesa Isabel morreu em 14 de novembro de 1921 e foi enterrada em cemitério local. Em 1953 seus restos mortais foram transferidos para o Rio de Janeiro e, em 1971, para o Mausoléu Imperial na Catedral de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, onde se encontram até hoje.

Fonte: http://www.e-biografias.net/biografias/princesa\_isabel.php